



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO N.º /2008

(do Sr. Moreira Mendes)

Requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC/CD seja solicitado ao Tribunal de Contas da União auditoria na execução dos recursos provenientes de doações de entidades ou países ao Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, bem como nos contratos e convênios firmados, durante a execução do programa, entre o Ministério do Meio Ambiente e Organizações Não-Governamentais - ONG's -, referentes aos exercícios financeiros de 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007 e 2008.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 24, inciso X do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, seja solicitada ao TCU auditoria na execução dos recursos provenientes de doações de entidades ou países ao Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, bem como nos contratos e convênios firmados entre o Ministério do Meio Ambiente e Organizações Não-Governamentais - ONG's - durante a execução do referido programa, referentes aos exercícios financeiros de 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007 e 2008.

JUSTIFICAÇÃO



Câmara dos Deputados

Essa auditoria se faz extremamente necessária e urgente em face da gravidade das denúncias veiculadas na imprensa nacional em que o Ministério do Meio Ambiente é acusado de não utilizar adequadamente os recursos provenientes de doações feitas por entidades internacionais ao Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil -PPG7, destinados a financiamentos de projetos de preservação de florestas tropicais.

O PPG7 é financiado por doações dos países integrantes do ex-Grupo dos Sete, da União Européia e dos Países Baixos, complementadas com contrapartida crescente do governo brasileiro, dos governos estaduais e de organizações da sociedade civil.

Segundo a denúncia da Folha, restam **US\$ 49,18 milhões de saldo sem destinação**, 12,2% do total doado que corre o risco de ser devolvido, além de US\$ 5,849 milhões que foram efetivamente devolvidos por **perda de prazo de aplicação** do dinheiro em projetos pilotos elaborados para preservação de florestas tropicais. Isso é contraditório, num momento em que o Ministério do Meio Ambiente busca doações para tentar financiar seus projetos. A reportagem indaga se o Ministério do Meio Ambiente vai aguardar o término do programa e perder esse montante que poderia ser utilizado em tantos projetos importantes.

Diante dessas denúncias, encaminhei, no dia 30 de julho de 2008, Requerimento de informações ao Ministério do Meio Ambiente solicitando esclarecimentos sobre a referida reportagem. Consultei previamente o SIAFI e verifiquei que esse dinheiro não havia sido sequer executado!

Solicitei que fossem informados com precisão os recursos doados por cada instituição ou país, e a resposta foi bastante vaga. Solicitei, ainda, o detalhamento do montante aplicado no programa anualmente e novamente a resposta foi genérica.

Apesar do Ministério do Meio Ambiente alegar que a reportagem fez afirmações incorretas e distorcidas a respeito da aplicação dos recursos do PPG7, não foram apresentados dados suficientemente contundentes para dirimir todas as indagações levantadas.



Câmara dos Deputados

Outro dado que destaquei no meu requerimento foi a participação de mais de 500 (quinhentas) Organizações não-governamentais - ONGS como executoras de projetos que fazem parte do programa, dentre elas, tem-se a Rede GTA, o IPÊ, a Fundação Vitória Amazônica e a COIAB, esta última, inclusive, envolvida no episódio do escândalo dos recursos repassados a ONGs pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. Do levantamento dos auditores que trabalharam no caso, demonstrou-se que, dos R\$ 16,8 milhões repassados à COIAB para o saneamento em aldeias indígenas, quase a metade foi desviada. Vale lembrar também que, para justificar os gastos, essa ONG utilizou notas frias. Diante dessa completa falta de transparência e de boa vontade por parte do Ministério do Meio Ambiente, solicito que seja feita a presente auditoria para esclarecer os questionamentos abaixo, que permanecem sem resposta:

Qual o valor preciso dos recursos doados por cada instituição ou país e como foram aplicados?

Por que os dados de aplicações dos recursos não constam do SIAFI?

Quais os critérios que o Ministério do Meio Ambiente utiliza para firmar acordos de cooperação com as ONGS?

Como é feita a fiscalização da execução dos serviços por essas ONGs?

Qual a participação financeira do governo junto a essas ONGs?

Diante da urgência que a situação apresenta solicito a aprovação deste requerimento de forma célere.

Sala da Comissão, / /2008.

Deputado MOREIRA MENDES

PPS/RO